

Falta de financiamento obriga a colocar à venda Escola Profissional de Leiria

Elisabete Cruz

elisabete.cruz@jornaldeleiria.pt

A Escola Profissional de Leiria (EPL) está a passar por uma grave crise financeira, depois de o Estado ter deixado de garantir 15% da participação nacional, um valor que, juntando aos 85% do Fundo Social Europeu, assegurava a sustentabilidade da instituição. Para sobreviver ao impacto destes cortes, equivalentes a cerca de 250 mil euros por ano, a Fundação EPL não vê outra solução que não seja a transmissão do alvará do estabelecimento de ensino em hasta pública. A situação foi tornada pública na última reunião da Câmara de Leiria, um dos instituidores principais.

“Os 15% de contrapartidas vinham do Orçamento do Estado, por via de um despacho de excep-

ção, o que fazia com que os cursos profissionais de todo o país fossem cobertos a 100%. Neste novo quadro não houve despacho de excepção por parte do Governo. Esse corte significa para nós cerca de 250 mil euros por ano”, denunciou Anabela Graça, vereadora no Município de Leiria.

A autarca revelou que tomou conhecimento da situação no passado mês de Fevereiro e desde logo foram desenvolvidos contactos com o Governo e com a ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais, “até porque além da Escola Profissional de Leiria, mais seis escolas tiveram esse corte”. Anabela Graça confessou que, depois de Dezembro, o dinheiro das poupanças termina e a escola profissional vai entrar em “insustentabilidade financeira”.

Leiria **Escola Profissional** **tem 216 alunos**

Com um orçamento de 1,8 milhões de euros e despesas mensais de cerca de 81 mil euros, o corte de 15% do Governo representa para a escola 560 mil euros, desde 2024, apontou a Anabela Graça, ao informar que a instituição tem 216 alunos, 28 professores e 18 funcionários, e estabeleceu cerca de 260 protocolos com empresas da região. A vereadora da Câmara de Leiria destacou ainda a instalação de dois centros tecnológicos, fruto de um financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, num total de três milhões de euros.

De acordo com os advogados da escola, “só existe um caminho: seguir a via da alienação via transmissão do alvará da escola, com carácter de urgência, o que será feito através de uma hasta pública”, decisão que foi aprovada por unanimidade, em Junho, pelo conselho da Fundação, que reuniu em Junho.

“Essa alienação vai agora ser trabalhada através de um caderno de encargos, que salvguarde todos os direitos, nomeadamente dos trabalhadores, e o bom funcionamento da escola”, disse, admitindo que a saída da autarquia da Fundação é também uma hipótese, permitindo assim a que a entidade passasse a privada. No entanto, o processo é “demasiado complexo” e muito moroso e a instituição necessita de respostas rápidas.